

Fátima, o salazarismo e o colonialismo

Waldir José Rampinelli*

Resumo:

O artigo analisa como a I República (1910-1926), em Portugal, defendeu e implementou a tese de um Estado laico e moderno. No entanto, "as aparições de Nossa Senhora de Fátima" foram utilizadas pela Igreja para se contrapor às ideias liberais desse Estado e, posteriormente, Fátima apoiou o salazarismo e condenou o comunismo. A religião foi usada para convencer as pessoas a prestar apoio ao Estado Novo (1933-1975), que por sua vez defendeu o colonialismo no ultramar com a finalidade de expropriar suas riquezas.

Palavras-chave: Fátima. Salazarismo. Colonialismo.

A revolução portuguesa, que pôs fim à Monarquia, começou na noite de 3 de outubro de 1910, sendo a República proclamada no dia 5 pela manhã. Inicialmente parecera que a tentativa havia fracassado, chegando um oficial general republicano a cometer suicídio, enquanto outros se refugiavam em lugares seguros. Lisboa, porém, não estava apenas controlada por grupos civis que impediam que as tropas leais ao rei saíssem às ruas para reprimir o movimento, como também se encontrava organizada para o processo de mudança de governo. Bastou que alguns navios fizessem manobras, desembarcando marinheiros no Terreiro do Paço – centro da capital –, para que as tropas monárquicas se sentissem ainda mais debilitadas. O rei, que havia fugido para Mafra, ao receber a notícia da queda da Monarquia, tomou o rumo do exílio, para a Inglaterra. Foi dito na época que a República havia sido proclamada por telégrafo.

O marechal Hermes da Fonseca, presidente eleito do Brasil, em viagem à Europa, chegara a Portugal em 1º de outubro a bordo do couraçado São Paulo. A convite do governo lusitano, ficou alguns dias em Lisboa, instalando-se no palácio de Belém. O rei D. Manuel II homenageou-o com um banquete em 2 de outubro e o visitou a bordo no dia seguinte, tendo eclodido a revolução logo em seguida. Hermes embarcou na tarde do dia 4 e na manhã seguinte o navio

* Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). End. Eletrônico: rampinelli@globocom

deixava uma Lisboa convulsionada. Em 22 de outubro, o Brasil, contrariando sua estratégia de aguardar a evolução dos acontecimentos, dava seu aval à nova República, já que a Argentina o fizera também nesse mesmo dia. Buenos Aires retribuía a Lisboa a gentileza de Portugal ser o primeiro país a reconhecer a independência da Argentina (Calvet de Magalhães, 1999: 79-80).

As forças da Carbonária, composta por estratos sociais muito distintos dos membros do diretório do Partido Republicano, foram fundamentais para que o movimento se tornasse vitorioso, sendo, no entanto, postergadas na formação do Governo Provisório. A I República (1910-1926) logo enfrentou um forte conflito de classe entre o republicanismo conservador e ordeiro e o populismo revolucionário e ousado, porém carente de organização (Saraiva, 1999: 350).

O governo provisório de Teófilo Braga, embora não dispusesse de uma nova constituição, realizou reformas progressistas, tais como a lei de família, do divórcio, da separação entre Igreja e Estado e da criação das universidades de Lisboa e do Porto. A Constituição Republicana, de agosto de 1911, adotou o sistema político bicameral, quase permitindo um parlamentarismo, tanto que a permanência dos governos dependia da confiança dos deputados e senadores. O Partido Republicano, que comandou o novo regime, logo se dividiu em duas correntes: a) a tendência que exigia reformas radicais, por meios igualmente radicais, como, por exemplo, uma política anticlerical; e b) a ala que cobrava mudanças brandas, com métodos de conciliação e apoiada pela burguesia. Enquanto a primeira corrente desembocava na formação do Partido Democrático, por sua vez a segunda criava o Evolucionista e o Unionista.

Quando começa a Primeira Grande Guerra (1914-1918), as forças políticas portuguesas se encontram divididas, passando o Partido Democrático a defender a entrada do país no conflito como um mecanismo eficaz para proteger o império colonial do ultramar (Inglaterra e Alemanha já estavam decididas em repartir entre si as colônias lusitanas) e para alinhar Lisboa no contexto europeu, dentro de uma perspectiva de progresso nacional. Na base dos partidos, os que pertenciam a grupos de esquerda pregavam o apoio aos Aliados, ditos os representantes da causa da liberdade; enquanto os ligados à direita defendiam a Alemanha, símbolo da autoridade e da ordem. Premido por um incidente com Berlim, Portugal se junta aos Aliados, enviando soldados à França e também para Angola e Moçambique, já que essas colônias faziam fronteiras com possessões alemãs. A vitória dos Aliados deu a Lisboa o direito de – na Conferência da Paz – garantir o reconhecimento de suas colônias africanas e de receber indenizações de guerra pagas pela Alemanha (Saraiva, 1999: 352-353).

As forças que se opuseram à entrada de Portugal na guerra desencadearam um golpe de Estado, em fins de 1917, assumindo o poder com Sidónio Pais, assassinado um ano depois. Em seu breve governo, Pais se reaproximou da Igreja,

devolvendo-lhe alguns privilégios suprimidos. O período que segue, de 1920 a 1926, é uma fase muito agitada da I República, tendo a pequena burguesia o poder em suas mãos¹. Em 28 de maio de 1926, o general Gomes da Costa rebelou-se em Braga, com o apoio das tropas do Norte², chegando no mês seguinte a Lisboa e instaurando a ditadura militar (1926-1933). O povo, que assistira à divisão das forças progressistas, não se levantou em defesa da República que terminava de forma melancólica.

A I República e o laicismo

Os vários governos que compuseram a I República (1910-1926) – a maioria deles com uma matriz ideológica democrático-liberal, positivista, dessacralizadora, maçônica e jacobina – formularam leis que separavam o Estado da Igreja Católica, adotando, ao mesmo tempo, normas anticlericais. No próprio mês da revolução, o chefe republicano expulsou as ordens religiosas, fechou os conventos e confiscou os seus bens. Mais tarde, essas medidas foram complementadas por decretos e portarias laicizadoras, tais como a abolição do ensino religioso nas escolas, a proibição aos padres de ministrar aulas e de usar trajes eclesiásticos em público, a anulação do caráter católico nos atos civis, a adoção da lei do divórcio e do princípio do casamento como um ato meramente laico, a transformação da maioria dos dias santificados em jornadas normais de trabalho, a supressão da cadeira de Direito Eclesiástico e o encerramento do curso de Teologia na Universidade de Coimbra, a proibição às Forças Armadas de participarem em solenidades de caráter religioso e, por fim, a introdução da lei do registro civil obrigatório para os nascimentos, os casamentos e os óbitos. O conflito político, filosófico, ideológico e cultural tendia a crescer entre um Estado laico e uma Igreja tradicionalista e contrarrevolucionária.

Nesse implacável combate (cujo início remonta ao século anterior, ou mesmo ao tempo de Pombal) confrontavam-se, afinal, duas ideologias: uma de matriz católica ultramontana – o “clericalismo” – que defendia a confessionalidade do Estado, sustentava a dogmatização do poder temporal dos papas, rejeitava as ideologias e filosofias da civilização moderna oitocentista e pretendia “reconquistar Portugal para o cristianismo; e um outro sistema de ideias racionalistas e antiromanistas, plasmado pelo republicanismo então dominante (que controlava

¹ A única exceção fora o curto governo da Esquerda Democrática de José Domingues dos Santos (22/11/1924 a 11/02/1925), que defendia as reformas bancária e agrária e não permitia que a força pública perseguisse a população.

² O regime republicano nunca obteve o consenso popular. Ao legalizar a separação entre Igreja e Estado, agradava aos portugueses urbanizados enquanto enfurecia as populações ruralizadas, principalmente as do Norte do país. Por isso Salazar defendia, durante o Estado Novo, um Portugal que fosse “horta e pomar da Europa”.

na época o aparelho de Estado), o qual interpretava o mundo e os destinos da nação segundo uma lógica de matriz demoliberal, positivista, laica e anticlerical (Torgal, 2002: 18-19).

A hierarquia da Igreja Católica considerou a *Lei de Separação* uma “hostilidade formal”, quando não uma verdadeira “declaração de guerra”, chegando o Vaticano à ruptura das relações diplomáticas com Portugal, em 1913, reatadas em 1918.

A Primeira Grande Guerra causou atritos entre o Estado e a Igreja, pois enquanto o poder espiritual defendia, por meio de orações e penitências, o fim do conflito e o regresso dos soldados portugueses, o temporal o aprovava com a finalidade de garantir a manutenção das colônias africanas e de facilitar a inserção de Lisboa na Europa. A crise econômica interna e a conseqüente instabilidade política que assolava Portugal contribuíram para que o povo se obrigasse no refúgio católico-religioso como solução para seus problemas, desconsiderando as decisões do Estado. A Igreja passa, então, a enfrentar um Estado republicano, laico, anticlerical e herdeiro de tradições iluministas, regalistas e liberais de décadas anteriores, o qual estava empenhado em implementar um regime de “secularização” ou de “estatização”³ do cristianismo.

Nesse contexto, surgem “as aparições de Fátima”, que vão de 13 de maio a 13 de outubro de 1917, acontecendo no treze de cada mês para três pastorinhos pobres na Cova da Iria e emitindo mensagens contra as políticas nacionais e internacionais da I República, agravando as tensões já existentes entre Estado e Igreja. A Senhora, que se apresenta como uma personagem do reino sobrenatural, ordena que o povo português reze incessantemente o rosário para afrontar os duros problemas domésticos. Passa a ditar normas internas, dando a entender da inutilidade do governo Republicano na solução da crise econômica, fazendo o mesmo em relação à política internacional, quando afirma, na “aparição” de 13 de outubro, que a guerra está prestes a terminar. É uma clara intervenção na estratégia da República, dizendo que a entrada no conflito fora um grande equívoco, quando para o governo representava um grande acerto.

Os jornais republicanos, à época, criticam “as aparições”, mostrando ser verdadeiras manipulações da Igreja Católica para recuperar espaço perdido por conta das reformas da I República. *O Debate* denuncia os acontecimentos como “um novo conto do vigário”, atribuindo a responsabilidade à reacionária seita dos jesuítas e sugerindo um “correctivo de marmeleiro” para os responsáveis

³ Conceitos utilizados por Rui Ramos no capítulo A segunda fundação (1890-1926) In: MATTOSO, José (Org.) História de Portugal. Lisboa: Circulo de Leitores, vol. vii, 1994, p. 407-409.

desta “descabelada patranha”. Já *O Mundo* alerta para o analfabetismo e a ignorância que tomam conta da população, sendo esse um terreno para a cultura da credence e do fanatismo beatificador dos povos. Por fim, pede aos verdadeiros republicanos liberais que não se limitem a ironizar os fatos, mas tentem por todos os meios organizar uma campanha de propaganda contra o clero e contra o reacionarismo católico, que estão se valendo do evento para tirar proveito próprio (Torgal, 2002: 48).

No local das “aparições”, a pedido da Senhora, construiu-se uma pequena capela com recursos angariados entre a população pobre e com os serviços gratuitos prestados por alguns pedreiros. Na noite de 5 para 6 de março de 1922, a “Capelinha das Aparições” foi dinamitada, possivelmente pelos republicanos anticlericais e radicais, que consideravam os fatos uma criação do clero com o intuito de aumentar o poder da Igreja. A destruição do oratório, cuja reconstrução começa em dezembro do mesmo ano, teve um efeito contrário, pois reavivou a propaganda nacional em torno das “aparições”, marcando a passagem definitiva das peregrinações de alguns milhares de fiéis para dezenas deles. Atos de desagravo foram realizados por todas as partes, dando a entender que o responsável seria o governo republicano e laico.

O Golpe de Estado de 28 de maio de 1926, que derrotou a I República e impôs uma Ditadura Militar (1926-1933), aproximou-se da Igreja, abrindo caminho para o reconhecimento oficial das “aparições”. Às vésperas de 13 de maio de 1929, o bispo de Leiria – que tem jurisdição sobre a Cova da Iria – inaugurou, juntamente com o presidente do país Óscar Carmona e vários ministros de Estado, entre eles António de Oliveira Salazar, a central elétrica do Santuário, dando por terminado o divórcio entre Estado e Igreja. No ano seguinte, em 13 de outubro, o mesmo prelado publica a *Carta Pastoral sobre o Culto de Nossa Senhora de Fátima*, na qual declara “dignas de crédito as visões das crianças da Cova da Iria”, aprovando oficialmente “o culto a Nossa Senhora de Fátima”. As décadas de 1930 e 1940, que oficializam a veneração à Virgem de Fátima, correspondem, igualmente, à instalação e à afirmação do Estado Novo português, cuja existência, provavelmente, seria impossível sem o apoio oficial da Igreja Católica⁴. As instituições estadonovistas vão se associar estreita e ativamente a Fátima. Se na I República predominou o anticlericalismo, no Estado Novo venceu o naciona-

⁴ O discurso sobre as “aparições” não permaneceu linear e imutável, mas se adaptou à conjuntura de cada época. Em 1917, com a Primeira Grande Guerra em curso, Fátima pede a recitação do rosário com o intuito de pôr fim ao conflito e restabelecer a paz no mundo; na década de 1920, quando ainda vigorava a I República, a mensagem da Cova da Iria toma um caráter nacionalista, antiateísta e messiânico; por fim, nos anos 1930, Fátima apoia o regime nacional-católico fascista português e, no plano externo, condena o “comunismo internacional”, tanto na vizinha Espanha como na distante URSS.

lismo católico-clerical, avançando para um universalismo anticomunista. Foi a Igreja Católica que impôs Fátima e não Fátima que se impôs à ela.

Por outro lado, esta nova atitude da hierarquia maior da Igreja Católica veio revelar-se, igualmente, como um verdadeiro trunfo contra a República de 1910. E contra a liberdade. Contra a autonomia individual. E contra todas as outras Igrejas não católicas. Contra a maçonaria. E contra a laicidade e a cidadania, então incipientes (Oliveira, 1999: 11).

Salazar e o nacionalismo católico

António de Oliveira Salazar, que assumiu a pasta das Finanças em 27 de abril de 1928 e tornou-se presidente do Ministério em 5 de julho de 1932 (cargo este que, com a Constituição de 1933, leva o nome de Presidência do Conselho), permaneceu nele até 27 de setembro de 1968. A longevidade desse regime esteve calcada em uma rígida centralização de poder que Salazar denominava de *saber durar*.

Salazar, príncipe do Estado, e Cerejeira⁵, príncipe da Igreja, defendiam publicamente a separação entre os dois reinos, mas atuavam em perfeita harmonia no controle do povo português.

Afinal, se à Igreja Salazar oferecia a reposição e a manutenção de um estatuto perdido na I República, a Salazar a Igreja garantia bases políticas, sociais, e ideológicas para a fundação e a manutenção do Estado Novo. É exatamente esta colaboração mútua, evidentemente instrumentalizada de acordo com os interesses de cada um – Salazar precisava do apoio político dos católicos, e Cerejeira defendia-se de um eventual regresso ao anticlericalismo –, que permite afirmar a interdependência da Igreja Católica em Portugal com o salazarismo (1932-1968) (Matos, 1999: 309).

O Diário da Manhã, jornal oficial do regime, apresenta o salazarismo como uma “dádiva da Divina Providência”. Publicou, em 13 de maio de 1939, um longo artigo no qual dizia que o movimento de 28 de maio de 1926 e a posterior “ação construtiva de Salazar” não teriam sido possíveis caso o milagre de Fátima não tivesse feito ressurgir a alma dos portugueses. No entanto, caberá Cerejeira sacralizar a Salazar e a todas as decisões que seu governo venha a tomar em política interna e externa. Recorria ao sistema de cartas para enviar suas mensagens ao Presidente do Conselho, sendo algumas delas muito significativas.

⁵ Cerejeira e Salazar estudaram juntos no Seminário diocesano de Viseu, tomando, mais tarde, cada qual rumo distinto, sem no entanto perder de vista a concepção de um Estado nacional-católico.

A primeira carta é de 1945, quando Salazar vive um momento de dificuldade pessoal e está preocupado com as primeiras eleições de deputados à Assembleia Nacional a que a oposição concorre, ainda que com enormes limitações práticas. Salazar, então, retira-se para sua terra natal, uma estratégia utilizada quando queria demonstrar algum descontentamento. Cerejeira enviou-lhe uma carta pessoal, agregando à sua um extrato de uma missiva que havia recebido da Irmã Lúcia, “a vidente” de Fátima. Na mensagem, o cardeal amigo não apenas se preocupa em consolar o ditador, como escreve: “escuso de dizer que isto que ela [refere-se à Irmã Lúcia] diz, o não diz dela mesma, mas por indicação divina (segunda ela deixa entender)”. A concepção de que Salazar tem missão sobrenatural se concretiza quando a “vidente” explica que “[...] o Salazar é a pessoa por Ele (Deus) escolhida para continuar a governar a nossa Pátria, [...] a ele é que será concedida a luz e graça para conduzir o nosso povo pelos caminhos da paz e da prosperidade”⁶. Portanto, nenhuma contestação pode ser feita ao chefe de governo, principalmente nesses tempos de pós-Segunda Guerra Mundial, quando os ventos da descolonização começam a tomar conta da opinião internacional.

A carta da “vidente”, anexada à sua própria pelo cardeal, entra no assunto da política interna quando afirma que “é preciso fazer compreender ao povo que as privações e sofrimentos dos últimos anos não foram efeito de falta alguma de Salazar, mas sim provas que Deus nos enviou pelos nossos pecados”⁷. E apresenta Portugal como um povo eleito ao comentar que “já o bom Deus ao prometer a graça da paz à nossa nação nos anunciou vários sofrimentos, pela razão de que nós éramos também culpados. E na verdade bem pouco nos pediu, se olharmos para as tribulações e angústias dos outros povos”⁸. E termina com uma preocupação alimentar ao falar que “depois é preciso dizer a Salazar que os viveres necessários ao sustento do povo não devem continuar a apodrecer nos celeiros, mas serem-lhe distribuídos”⁹. Esses pensamentos não deixam de ser uma explicação e, ao mesmo tempo, uma justificativa para a crise econômica que vivia o país, lembrando a condição de povo eleito por Deus, já que outros passavam por situações piores.

A segunda carta é de 1954, quando a crise com a União Indiana se acentua chegando à ruptura das relações diplomáticas entre os dois países, cabendo ao Brasil o papel de representar os interesses portugueses junto aos indianos. Cerejeira se dirige a Salazar dizendo que “confio em Deus (que tanto tem estado

⁶ Arquivo Nacional Torre do Tombo (AN-TT), Arquivo Oliveira Salazar (AOS), 13 nov. 1945.

⁷ *Ibidem*.

⁸ *Ibidem*.

⁹ *Ibidem*.

ao teu lado em transes bem difíceis para a Pátria), confio que salvará a Índia Portuguesa. Eu não posso duvidar que és o “eleito” da sua Providência, que tem sido para Portugal verdadeiramente miraculosa”¹⁰. Tem-se aqui a explicitação clara e prática da doutrina do destino manifesto.

A terceira carta é de 1955, quando as discussões na IV Comissão da Organização das Nações Unidas (ONU) a respeito do colonialismo aumenta a pressão sobre Portugal, obrigando-o a se explicar sobre a existência das colônias do ultramar. Cerejeira, que acabara de chegar de São Vicente, comunica que no *Te Deum* que presidira “não me esqueci de dar graças também por aquele a quem a Igreja em Portugal deve a situação pública que tem e por quem Deus tem operado tão grandes coisas. Esse és tu”¹¹. É uma crítica ao laicismo da I República e um ato de louvor ao ditador pela imposição do nacionalismo católico.

A quarta carta é de 1959, quando a guerra colonial se avizinha e passará a exigir do povo português um tremendo dispêndio econômico, como também um alto custo em vidas humanas. Cerejeira chega a confessar que “já ofereci, na Santa Missa, o cálix do Sangue de Cristo, para que Deus te guarde e avivente e faça feliz na terra e no céu, ao mesmo tempo que dava graças por tudo o que, por teu intermédio, Ele tem maravilhadamente operado em Portugal”¹². Prevê tempos duros e difíceis, por isso “possa a homenagem espontânea, nacional, do dia nacional glorioso de hoje tornar-te doce o cálix amargo que mãos ingratas te têm oferecido”¹³.

Por fim, há a carta de 1961, na qual o cardeal Cerejeira hipoteca apoio “divino” a Salazar quando da tentativa de um golpe de Estado pelo ministro da Defesa – general Júlio Botelho Muniz –, ajudado por altos comandos militares, que tentava derrubá-lo, por discordância com a política interna e devido à concepção da estratégia ultramarina. Tal movimento, por ocorrer no mês de abril, ficou conhecido como *Abrilada*. Cerejeira não perde a oportunidade para dizer que “escrevo-te neste dia, escolhido por Deus, para o teu grande destino. E não esqueço que há pouco tomaste resolução de tal grandeza, que excedem (me parece a mim) todos os que nestes trinta e três anos tens tomado. É Portugal que tomaste nas tuas mãos, contra o Mundo”¹⁴.

A tentativa de golpe foi revertida por Salazar, que chamou para si a pasta da Defesa. Na verdade, era uma prática política do ditador autonomear-se mi-

¹⁰ AN-TT/AOS, 31 jul. 1954.

¹¹ AN-TT/AOS, 22 jan. 1955.

¹² AN-TT/AOS, 28 abr. 1959

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ AN-TT/AOS, 27 abr. 1961.

nistro de qualquer setor quando surgisse uma crise ou seus serviços se fizessem necessários.

Fátima e o fascismo português

As instituições do Estado Novo vão se associar diretamente com Fátima, tornando-se a Cova da Iria não apenas um local de presença constante de ministros do governo, como também um centro de peregrinação para os legionários que buscam reafirmação ideológica para sua atuação. A Ação Católica Portuguesa (1933), cuja padroeira é a Senhora dos Pastorinhos, juntamente com a Pia União dos Cruzados de Nossa Senhora de Fátima (1934), têm como objetivo a recristianização do país por meio da dinamização de obras de formação, da ação religiosa, da educação, do ensino, da imprensa, da assistência e da beneficência para evitar que “a civilização sem Deus imposta à Rússia pelos bolcheviques corrompesse a nação portuguesa”. Já a Legião Portuguesa (1936), uma força civil paramilitar de camisa verde e continência romana, se apresenta com a “patriótica” missão de defender o regime da ameaça de invasão de doutrinas “subversivas” comunistas e anarquistas, enquanto a Mocidade Portuguesa (1936) busca o apoio da juventude para o regime por meio de sua arregimentação.

O ensino da história como mecanismo ideológico é largamente utilizado pelo Estado Novo. O Decreto nº 21.103, de 1932, no seu artigo 3º enuncia que “deve ser objeto de justificação e glorificação tudo quanto se tem feito, através dos oito séculos da História de Portugal,” buscando fortalecer alguns fatores fundamentais da vida social, entre eles, “a fé, como estímulo da expansão portuguesa por mares e continentes e elemento da unidade e solidariedade nacional” (Vicente, 1998: 30).

Fátima e Aljubarrota [¹⁵], a pátria e a figura de Salazar, a fé e o Estado Novo identificam-se numa mesma manifestação da providência divina. Uma quadra (depois suprimida) do hino da “Ave Maria” fazia uma clara alusão ao “remédio providencial” que António de Oliveira Salazar representava para o país (“Achou logo a Pátria/ Remédio a seu mal/ E a Virgem Maria/ Salvou Portugal”) (Pereira, 2000: 42).

¹⁵ Batalha travada entre portugueses e castelhanos, em 14 de agosto de 1385, tendo as forças lusitanas, com apenas 7.000 soldados, sob o comando do general D. Nun'Álvares Pereira, vencido os inimigos que formavam um exército com 30.000 combatentes. Aljubarrota é a vitória mais representativa do povo português na luta pela independência do país.

A grande peregrinação de 13 de maio de 1931, presidida pelo cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira, tem um significado todo especial, já que, por conta de um voto transmitido por Lúcia a D. José Alves Correia da Silva, a nação portuguesa foi solenemente consagrada ao Sagrado Coração de Maria.

A Guerra Civil espanhola, que começa em 1936, é vista pelos nacionalistas católicos portugueses como um grande perigo para seu país, tanto que a Igreja e o Estado Novo a rotulam de uma “ameaça comunista”. Fátima não só é chamada a abençoar a cruzada franquista contra a República espanhola, como também o Estado Novo aprofunda o fascismo e, ao mesmo tempo, presta ajuda aos espanhóis.

A Guerra Civil de Espanha assinala um período de nítida crispação fascizante, repressiva e até de índole ideologicamente totalizante por parte do Estado Novo. Sob a “ameaça vermelha”, a PVDE [Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado] registra os números mais elevados de prisões políticas de toda a história; inaugura-se o sinistro campo de concentração do Tarrafal; impõe-se a *declaração anticomunista* para o acesso à função pública; surgem as organizações milicianas com as suas camisas verdes, a saudação romana e as paradas militares – a Legião Portuguesa e, para a juventude escolar, a Mocidade Portuguesa; o novo Ministério da Educação Nacional de Carneiro Pacheco traça o seu ambicioso plano para a “reconversão das almas”; intensifica-se a aproximação com as instituições políticas e policiais da Alemanha hitleriana e da Itália fascista, secundada, aliás, a nível diplomático e comercial; exacerba-se o culto do “chefe” que passa a dirigir todas as principais pastas do Governo; a “propaganda nacional” e a censura orquestram a imprensa, as artes, e o cinema num discurso nacionalista, anti-comunista e pró-franquista exaltado. E até a nova política de defesa, saída dos debates estratégicos e da reorganização das Forças Armadas em 1936 e 1937, rompendo com a sua tradição atlântica, se reorienta num sentido “continental” e de prevenção do “perigo espanhol” (Rosas, 1998: IX)

Em 1937, os bispos portugueses publicaram uma carta coletiva denominada de “O comunismo e alguns problemas da hora atual”, e no ano seguinte fizeram uma grande peregrinação nacional à Cova da Iria para comemorar a vitória do general Francisco Franco. Fátima tornou-se a resposta divina ao ateísmo comunista do século XX, tal como Lourdes fora a reação ao racionalismo do XIX.

Nossa Senhora de Fátima passou a ser a padroeira da Guerra Fria, da diplomacia portuguesa e um nome a ser invocado na luta contra o comunismo internacional. A Rússia, símbolo do mal e nome que lembra o ateísmo, precisava ser convertida ao cristianismo.

O nome Rússia jamais fora invocado nos interrogatórios realizados a Lúcia e aos seus companheiros depois das aparições. Mas, de repente, a Rússia parece assumir um papel fulcral na “mensagem” de Fátima. A resistência ao comunismo é

um dos alicerces morais do regime salazarista, e a cruzada contra o bolchevismo irá assumir um papel fulcral no pontificado de Eugenio Pacelli, que sucede, em 1939, a Pio XI. A questão da conversão da Rússia acaba assim por se tornar no elemento central de todo o fenômeno de Fátima (Pereira, 2000:44).

O Papa João XXIII se manifestara contrário à forte exploração anticomunista de Fátima em um encontro com o embaixador português António Faria, no Vaticano. Ao relatar a conversa para seu chefe imediato em Lisboa, diz o diplomata:

[O] Santo Padre falou de Fátima e aludiu [à] conveniência [de] não se tentar fazer dizer Irmã Lúcia, atualmente [no] convento [de] Coimbra, mais do que ela estaria em condições de dizer (isto a propósito [de] referências por vezes feitas a eventuais atitudes [da] Rússia relacionadas com pretensas declarações em que se mencionava [a] data [de] 1960) matéria esta muito delicada que exigia toda prudência¹⁶.

Fátima e o colonialismo

Os soldados portugueses, enviados à guerra colonial contra os africanos que lutavam pela sua libertação, passavam pela Cova da Iria, antes de embarcarem, para pedir a proteção da Senhora de Fátima na sua missão de manutenção do império de ultramar. Faziam o mesmo quando regressavam da África, e muitos deles, mutilados pelo conflito, desfilavam diante da Virgem agradecendo por terem sobrevivido. Verdadeiras procissões com muletas e em macas. Os governantes aproveitavam o evento para justificar o conflito. Mário de Oliveira chega a se perguntar:

E que dizer do papel de Fátima e do papel da Senhora de Fátima, nos tristes e amargurados anos da ditadura e da PIDE [Polícia Internacional e Defesa do Estado], em Portugal, e, sobretudo, nos dolorosos anos da Guerra Colonial em África? Teria sido possível suportar, durante tantos anos, e sem nenhuma revolta popular, três frentes duma guerra dessas, sem a Senhora de Fátima, sem as peregrinações nacionais a Fátima, sem as promessas à Senhora de Fátima? Quantos cordões de ouro, quantos anéis e pulseiras, quantas velas compradas e queimadas estupidamente, quantos milhares e milhares de contos em ofertas de promessas religiosamente cumpridas por militares e suas famílias é que, durante esses trágicos anos de Guerra Colonial, não entraram nos cofres do Santuário de Fátima? (Oliveira, 1999: 106)

¹⁶ Telegrama da Embaixada Portuguesa no Vaticano (confidencial). MNE, 7 jul. 1961.

E continua:

Entretanto, nem a Senhora de Fátima, nem a sua vidente ainda viva alguma vez foram capazes de dizer uma palavra que fosse contra o verdadeiro genocídio que era a Guerra Colonial, nem sequer uma palavra de solidariedade e de verdadeira simpatia pelos povos africanos que lutavam pelo mais que legítimo direito à sua autonomia e independência. Pelo contrário, sempre Fátima, em todo esse tempo, deixou nos militares portugueses e seus familiares a ideia de que Maria de Nazaré, a mãe de Jesus, era também a mãe dos portugueses, mas de maneira nenhuma, era igualmente a mãe dos africanos (Oliveira, 1999: 107).

As intervenções do governo português em relação à atuação da Igreja Católica quase sempre tiveram por referência a questão colonial. O subvencionamento do culto e do clero pelo Estado, assim como a expulsão de padres e freiras que questionassem o processo colonial, são apenas dois exemplos de como o regime salazarista mantinha um severo controle dos trabalhos religiosos no país e no ultramar. Franco Nogueira, ministro dos Negócios Estrangeiros, ao fazer um *relato de conversa* que tivera com o Núncio Apostólico Mons. Fustenberg, comenta que perguntara ao representante da Santa Sé que destino teria sido dado a um *memorandum* entregue na Secretaria do Concílio por organizações terroristas antiportuguesas “contendo as mais atrozes acusações e alegações contra Portugal”. Ao que o embaixador do Vaticano respondeu prontamente que, “apenas soubera do caso, se precipitara para a Secretaria do Concílio e sustara a circulação do *memorandum*”. E concluiu dizendo que “só uns três ou quatro prelados tiveram conhecimento do fato. Tudo se passara discretamente e o caso não tivera a menor repercussão no Concílio”¹⁷.

Nesse mesmo *relato de conversa* o embaixador do Vaticano trata do assunto do Bispo do Porto, contando ao ministro dos Negócios Estrangeiros que se havia empenhado junto àquele prelado, como também o fizera o cardeal Cerejeira, com a finalidade de que o mesmo renunciasse a sua diocese. Como não conseguisse demover D. António Ferreira Gomes, que pelo contrário continuava com sua atuação política e ademais muito bem informado de tudo o que acontecia nas ditaduras ibéricas, falou que o mesmo dava a impressão de que não “se acha[va] em estado perfeitamente normal”. Ao que Salazar sublinhou com seu lápis azul esta afirmativa. Portanto, é o próprio representante oficial do Vaticano a cunhar de demente um de seus bispos que ousara questionar o autoritarismo do governo, no afã de agradar ao regime¹⁸.

¹⁷ Conversa com o Núncio Apostólico (segredo). AN-TT/AOS, 10 dez. 1962.

¹⁸ Ibidem.

Por fim, Nogueira falou ao Núncio que a “descolonização”, tal como estava sendo praticada, significaria a morte do cristianismo na África. E a verdade histórica “é que só pela mão do Ocidente se tem o Cristianismo expandido pelo Mundo”. No começo de 1961, uma Nota Pastoral sobre o Ultramar Português considera as colônias “uma herança” que fora “confiada pela Providência” ao Portugal nacionalista-católico. A Nota reafirma a missão evangelizadora e civilizadora de Portugal, ao mesmo tempo que “sofre ao ver que ela não é compreendida, nem apreciada, e que se procura mesmo contestá-la” (Cerejeira, 1936: 387 vol. VI).

Em outra conversa com o embaixador do Vaticano, Franco Nogueira reclama de uma foto onde aparecem três pessoas conversando, sendo uma delas o Arcebispo de Leopoldville, a outra o Núncio Apostólico no Congo e, por fim, Holden Roberto, este último considerado um terrorista pelo governo de Lisboa. Ao que o diplomata do Vaticano, ao olhar novamente a foto, comentou: “em todo o caso, repare que os Bispos mostram a maior circunspeção”¹⁹.

Esse *relato de conversa*, aparentemente sem grande importância, revela o grau de dependência e servilismo do embaixador do Vaticano diante do chefe da diplomacia portuguesa. Na verdade, a Santa Sé apreciava o trabalho de Salazar por considerá-lo um “homem providencial que viera para salvar Portugal do abismo em que ia despenhar-se”. Por isso, nada melhor que dar veracidade às aparições de Fátima (Rampinelli, 2004: 115).

Fátima, o salazarismo e o colonialismo foram mecanismos político-ideológico-fascistas que serviram para oprimir o povo português dentro de uma concepção nacional-católica implantando um regime corporativista coadjuvado por uma Igreja autoritária, como também um meio de apropriação externa do excedente econômico extraído das colônias do ultramar. Tão importante foi essa junção de dominação que Salazar, prevendo o seu fim, imaginava igualmente a desintegração do Portugal que começava no Minho e terminava no Timor. Chegou a dizer que gostaria de não estar vivo para ver tudo isso. No entanto, a Revolução dos Cravos que viria e provou todo o contrário.

¹⁹ Conversa com o Núncio Apostólico (segredo). AN-TT/AOS, 3 out. 1963.

Bibliografia

- CEREJEIRA, Manuel Gonçalves (1936). *Obras Pastorais*. Lisboa: União Gráfica, 7 volumes.
- MAGALHÃES, José Calvet de (1999). *Breve história das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- MATOS, Luís Salgado (1999). Cerejeira. *Dicionário de História de Portugal*, Porto: Livraria Figueirinhas.
- MATOSSO, José (org.). (1994). *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- OLIVEIRA, Mário Padre (1999). *Fátima nunca mais*. Porto: Campo das Letras.
- PEREIRA, Carlos Santos (2000). Fátima na cruzada do século. *História*, Lisboa, n. 29.
- ROSAS, Fernando (org.). (1998). *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: Edições Colibri.
- RAMPINELLI, Waldir José (2004). *As duas faces da moeda: as contribuições de JK e Gilberto Freyre ao colonialismo português*. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina.
- SARAIVA, José Hermano (1999). *História concisa de Portugal*. 20 ed. Lisboa: Publicações Europa-América.
- TORGAL, Luís Filipe (2002). *As “aparições de Fátima”: imagens e representações*. Lisboa: Temas e Debates.
- VICENTE, António Pedro. O cerco à embaixada da República espanhola em Lisboa (maio a outubro de 1936). In: ROSAS, Fernando (org.). (1998). *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: Edições Colibri.